



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7843 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

A QUESTÃO AGRÁRIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS INTRODUTÓRIAS
Isaac Alexandre da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A QUESTÃO AGRÁRIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante de uma tese de doutorado, por meio da qual se buscou priorizar como pauta as contribuições político-pedagógicas e epistemológicas de um curso de Licenciatura em Educação do Campo às escolas públicas e às experiências formativas não escolares protagonizadas pelos sujeitos do campo. Nesta tese, objetivou-se analisar os limites e possibilidades de emancipação presentes na formação inicial de professores em Educação do Campo, indicando como hipótese a ideia de que a formação de professores, quando fundamentada nos pressupostos políticos e educativos defendidos pelo movimento da Educação do Campo, mesmo com as contradições que apresenta, por estar circunscrita no contexto da sociedade do capital, contribui para a promoção de uma educação emancipadora/omnilateral no meio rural, uma vez que oferece instrumentos teórico-metodológicos que podem ressignificar positivamente o trabalho pedagógico, produzindo novos sentidos e concepções coerentes com o projeto histórico das trabalhadoras e trabalhadores organizada/os do campo.

E por falar em projeto histórico da classe trabalhadora, observou-se, no decorrer do trabalho investigativo, que inclusão da temática da questão agrária nas discussões seria pertinente, uma vez que a origem da Educação do Campo, enquanto política pública e práxis político-pedagógica, desenvolveu-se no marco das relações sociais capitalistas estabelecidas no meio rural.

Nesse sentido, elaborou-se um capítulo acerca da realidade e das lutas camponesas no Brasil, buscando apreender as raízes históricas e a trajetória das desigualdades sociais e educacionais no contexto rural brasileiro. Nessa discussão, realizou-se uma reflexão acerca do papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, identificando os modelos de organização fundiária antagônicos, desenvolvidos no contexto do embate histórico capital x trabalho. Discutiu-se também a importância e os desafios da reforma agrária no contexto contemporâneo

à tese, enquanto instrumento necessário e viável de democratização da terra e de distribuição de renda. Conclui-se o capítulo com uma discussão acerca da importância da Educação do Campo como uma estratégia política de luta e de desenvolvimento dos trabalhadores do campo.

Considerando os limites estabelecidos para a construção do resumo expandido, o recorte aqui apresentado priorizará o período histórico que trata da questão da modernização da agricultura, considerando a sua importância para compreensão do movimento da educação criado pelos povos do campo nas últimas décadas.

2 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A desigualdade social e a pobreza no Brasil são características marcantes que atravessam toda sua história, cujos índices sociais e econômicos o classificam atualmente entre os países mais desiguais do mundo. Na origem histórica dessas desigualdades, a estrutura fundiária aparece em destaque como um dos aspectos determinantes da formação social, econômica, política e cultural do país.

Nesse sentido, é importante salientar que a discussão acerca da questão agrária pode tomar rumos distintos, a depender de qual projeto de desenvolvimento se tem como horizonte. Trata-se de uma categoria que perpassa diversas áreas do conhecimento, abarcando conteúdos relevantes como a estrutura fundiária, as relações sociais estabelecidas nos processos de produção agrícola, as lutas camponesas contra a expropriação, exploração e dominação do capital, as assimetrias sociais e econômicas no meio rural, dentre outros, o que demonstra a sua importância nas reflexões e práticas relacionadas ao mundo rural.

De acordo com o sentido que dado a este trabalho, a questão agrária foi concebida “[...] como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”, no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo (STEDILE, 2011, p. 15 e 16). Para Fernandes (2008, p. 2), a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo, que gera “[...] processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato.”

Trata-se de problema que não é novo, que já se expressa logo no início da constituição do Brasil, nos processos de ocupação de seu território pelos portugueses, mas ainda a ser resolvido. Historicamente, a organização fundiária brasileira está marcada pelo confronto entre dois modelos, o da agricultura de subsistência, conhecida também como agricultura familiar ou camponesa e a agricultura empresarial.

Considerando o período do regime militar, nota-se uma transformação no cenário agrícola, a partir da inserção de processos tecnológicos que vão reconfigurar esse setor. Nessa conjuntura os grandes proprietários de terras continuam sendo os grandes beneficiados, dada a política de acesso a créditos subsidiados e a manutenção de outros privilégios. Quanto aos pequenos agricultores, percebe-se um crescimento da mão de obra assalariada e do trabalho precarizado.

Durante o regime militar, a reforma agrária passou a ser tratada oficialmente

como uma questão meramente técnica, excluindo-se a dimensão política com todos os conflitos dela derivados, porque não havia intenção alguma de acabar com o latifúndio, mas, de modernizá-lo, tornando-o mais eficiente e produtivo. Portanto, os interesses dos latifundiários continuaram preservados, agora com o apoio de um Estado mais coercitivo e interessado em investir na “modernização” da produção agrícola, concebida pelos grupos dominantes como a saída mais viável para resolução dos problemas do meio rural.

A modernização das estruturas produtivas que se desenvolve no país a partir das décadas de 1950 e 1960, caracteriza-se pelas transformações que se realiza no método e na forma de produzir, notadamente visível no incremento de uma base tecnológica avançada, sob mediação financeira expressiva do setor público, materializada na utilização de insumos e maquinários industriais que potencializam a produção, provocando transformações profundas na dinâmica da agricultura do país, tanto no que diz respeito ao padrão tecnológico quanto às relações sociais de produção (LUZZI, 2007; DELGADO, 2005). Segundo Teixeira (2005, p. 23), o processo de modernização da agricultura no Brasil tem início nos anos 50, com as importações de aparatos tecnológicos para dinamizar a produção. Porém, “[...] é só na década de 1960 que esse processo vai se dar concretamente, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura.”

Conforme Luzzi (2007, p. 19), as transformações tecnológicas aplicadas na agricultura foram concebidas no panorama internacional como uma estratégia que resolveria o problema da fome e do subdesenvolvimento do mundo. Com relação à grande maioria dos países periféricos, essa autora afirma que

[...] a adoção deste padrão tecnológico moderno representava mais do que a sua auto-suficiência alimentar, mas também a oportunidade de sanar a lacuna tecnológica que os separava dos países centrais, auxiliando-os no processo de superação do seu atraso e direcionando-os para o crescimento econômico. No caso brasileiro, em que a estrutura agrária era considerada arcaica e ineficiente, o objetivo era tornar a agricultura forte e competitiva transformando o país num “grande celeiro”, obtendo a auto-suficiência alimentar e consolidando o país como grande exportador de matérias-primas agrícolas.

Em função disso, nota-se a presença forte do poder público, através de uma política de fomento agrícola baseada numa “[...] concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços)” (DELGADO, 2005, p. 59). Por meio de uma política de incentivos fiscais e de crédito subsidiado^[1], a preços baixos, e da adoção de pacotes com volumosas subvenções financeiras, grandes somas de recursos públicos foram direcionadas a investimentos privados das médias e grandes empresas, aprofundando ainda mais as relações de crédito na agricultura brasileira. Os produtores rurais, que tiveram acesso a essa política, conseguiram modernizar o seu aparato produtivo, principalmente com as inovações tecnológicas advindas do exterior, garantindo, com isso, a reprodução ampliada do seu capital (PIRES, 2008).

A modernização das relações de produção na agricultura desse período propiciou o aumento da produtividade, de fato, entretanto, as estruturas do subdesenvolvimento permaneceram intactas, com agravamento das relações de propriedade e das formas de superexploração da força de trabalho. O problema é que a modernização implementada no país foi feita pelo alto, a partir dos interesses dos grupos dominantes, excluindo-se a participação da classe camponesa. Os estudos de Martine (1991, p. 10) confirmam essa afirmação quando enfatiza que as maiores propriedades, situadas em terras melhores

[...] tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão de obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantia preços também baixos.

A proposta de reforma agrária defendida pela classe camponesa foi derrotada, mesmo havendo no país um consenso social que relacionava o atraso do campo à permanência do latifúndio. Sobre essa questão, Luzzi (2007, p. 8) chama a atenção para o fato de que havia, nos anos que antecederam o golpe militar, a predominância de duas propostas em disputa, relacionadas à problemática da agricultura: uma que “[...] defendia a alteração da estrutura fundiária, exigindo a realização de um amplo programa de reforma agrária, representada pelos trabalhadores rurais”, e a outra, defendida pelo Governo e pelas elites agrárias, que apostava na modernização do setor, mas considerando apenas os aspectos técnicos, como a introdução de novos métodos e técnicas produtivas.

Nessa disputa, os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, saíram perdendo e o país seguiu “[...] pelo caminho da 'modernização conservadora', mantendo inalterada a estrutura fundiária e as relações políticas de dominação.” (LUZZI, 2007, p. 8). Sobre a modernização conservadora, o texto de Delgado (2005, p. 61) pontua algumas questões que são pertinentes ao debate:

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Estas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da 'modernização conservadora' serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização [...].

De acordo com a literatura (PIRES, 2008; BALSAN, 2006), a prevalência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada tem implicações sociais, políticas e ambientais nocivas para toda sociedade, principalmente para as classes mais empobrecidas. Para os que vivem da agricultura, a modernização foi dolorosa, como afirma Silva (1982), ela se expressou nas formas mais perversas possíveis. O desemprego foi uma das consequências mais graves, dado o avanço dos processos de tecnificação da lavoura, expulsando do campo um contingente enorme de camponeses descapitalizados, o que intensificou a migração para os centros urbanos. Conforme Martine (1991, p. 10)

Além da mecanização expulsar a mão de obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela 'territorialização do capital'. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades.

Entretanto, em decorrência das crises econômicas pelas quais o país atravessou, principalmente nos anos 80, parcelas enormes de trabalhadores advindos do campo não foram incorporados no mercado de trabalho (PIRES, 2008, p. 23), agravando a situação de pobreza de muitas famílias camponesas. Em condições subumanas, muitos tiveram que se abrigar nas periferias dos centros urbanos. Para Martine (1991, p. 33), o modelo de modernização conservadora acentuou a concentração de renda, mantendo “[...] elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis [...]”.

A modernização conservadora gerou também impactos ambientais negativos de alto teor, em alguns casos irreversíveis, dada insistência pelo padrão da monocultura e o método e a forma de exploração do ambiente, cujos efeitos são perceptíveis: na destruição das florestas e da biodiversidade genética; no uso desregrado de agrotóxicos e fertilizantes artificiais, contaminando recursos naturais, alimentos e os seres humanos; na erosão e na perda da fertilidade dos solos (BALSAN, 2006; TEIXEIRA, 2005).

Como se percebe, a modernização conservadora imprimiu um novo ritmo à agricultura, elevando a sua produtividade com muita rapidez e gerando lucro e divisas numa escala bastante ampliada, mas a partir de uma lógica produtivista e excludente, contemplando apenas uma minoria elitizada e sem preocupação com os danos sociais, ambientais e econômicos. Nesse contexto, à formação dos complexos agroindustriais^[2], a exemplo do complexo da soja, do complexo do álcool, é dada uma atenção especial na literatura, uma vez que tem sido uma estratégia por meio da qual as forças produtivas capitalistas conseguiram intervir com mais intensidade no setor agropecuário, tornando-o mais capitalista e empresarial (MARTINE, 1991). A aplicação de investimento de grandes capitais no campo se efetivou mediante uma participação mais efetiva do capital no controle do processamento da produção e na venda de insumos aos agricultores (MESQUITA, 2009).

A constituição dos complexos agroindustriais no Brasil se desenvolveu conforme a lógica e os objetivos do capital, ampliando ainda mais a reprodução do latifúndio e da exploração do trabalhador rural, já que grande parte dos micro e pequenos produtores não tiveram condições de integrar-se autonomamente à nova forma de organização agrícola. De acordo com Silva (1982), a saída para muitos destes foi a adesão à produção para o mercado, conforme os padrões determinados pelos capitalistas compradores.

Com os processos de redemocratização política dos anos 1980, novos caminhos se abrem para a organização e participação dos camponeses organizados, embora as estruturas de propriedade no campo permaneceram inalteradas, configurando-se como um dos principais aspectos responsáveis pela precarização da vida dos povos campesinos. Considerando o campo da educação, especificamente a que se processa no meio rural, as marcas de toda essa história são expressas nos altos índices de analfabetismo, de repetência e evasão escolar, dentre outros aspectos, o que justifica a inclusão deste debate no trabalho que fora realizado.

3 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O debate acerca da questão agrária no Brasil é pertinente porque permite explicitar alguns aspectos que são fundamentais para a compreensão da realidade educacional que se desenvolve no meio rural, considerando toda sua trajetória histórica, ao mesmo tempo em que destaca a importância que a educação vem adquirindo na agenda das lutas dos movimentos do campo nestas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In. **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In. JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In. **Debates. Observatório Social de América Latina (OSAL)** - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Ano IX, nº 24, Outubro de 2008, pp. 73-85.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2007.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In. **Lua Nova**, nº 23, março, 1991. p. 7-37.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. In. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São

Paulo, 2009, pp. 1-17.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas: 2008.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2011. Vol. 1.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. In. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005, p. 21-42.**

Palavras-chave: Questão Agrária. Educação do Campo. Modernização Conservadora na Agricultura Brasileira.

[1] - O crédito agrícola subsidiado aparece na literatura como o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo. (MARTINE, 1991).

[2] - De acordo com Silva (1982, p. 137), “[...] a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. É como se aquilo que era anteriormente agricultura fosse num primeiro momento se subdividindo, se repartindo, se desestruturando. Expulsando de dentro dela uma série de atividades como, por exemplo, a fabricação de insumos orgânicos que se transformaram em insumos químicos. Antes a agricultura produzia os seus próprios adubos. Hoje, esse adubos são adquiridos de fora; antes, agricultura criava os seus próprios animais de tração, hoje esses animais de tração foram substituídos pelos tratores. Então, é como se da agricultura daquele grande complexo rural fossem saindo partes dele e formando ramo da indústria que depois ligam novamente esses ramos da indústria, formando os complexos rurais.”